

A LINGUAGEM DEFICITÁRIA:
PERSPECTIVAS PARA INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS

Ingo Voese

INTRODUÇÃO

Todo o fazer científico só tem sentido se tiver como fim a solução ou a apresentação de alternativas de solução para um problema do homem. A elaboração de teorias desvinculadas de uma realidade é diletantismo que, esquecendo problemas, pensa resolvê-los.

A Linguística, enquanto ciência da linguagem, deve ocupar-se, pois, da elaboração e do teste de teorias que possam explicar melhor o seu objeto específico. Deve fazê-lo, porém, tendo em mente que há problemas, às vezes graves, esperando por soluções. É na prática que uma teoria mostra sua eficácia, sua adequação e sua utilidade.

Assim, se um dos problemas mais discutidos da atualidade se prende ao que chamaremos de "linguagem deficitária", cabe à Linguística utilizar ou oferecer seus recursos teóricos na análise da situação. Se o problema se faz presente também nas aulas de Português, a Linguística Aplicada deverá ter condições de propor as condições teóricas de análise, aplicar seus conceitos e traçar perspectivas de solução.

O presente trabalho pretende, pois, cumprir com esta função: utilizar postulados teóricos para traçar um tipo de atividade que, talvez, contribua para a formalização correta do problema e para uma possível estratégia pedagógica com fins corretivos.

Este trabalho teve o apoio importante da APESC (Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul).

Enfocar-se-á, inicialmente, o que se entende por funções da linguagem e o que resulta do confronto de diferentes tipos de linguagem na vida do homem moderno, quando, ao correr dos capítulos iniciais, deverá tomar contornos nítidos o que é linguagem deficitária. A formulação do problema, pois, não se fará já aqui. Optamos por fazê-lo à medida que circunstâncias que o envolvem forem desveladas. A partir daí deverá ser possível estabelecer uma tipologia de textos, que deverão se prestar como objeto de uma variedade de exercícios com fins corretivos.

Só após estas colocações, haverá condições de falar nos objetivos das aulas de Português, feito o que traçar-se-á um quadro teórico do que vem a ser um texto e apontar-se-ão algumas direções para atividades que deverão levar à realização dos objetivos estabelecidos.

A tentativa de organizar uma tipologia de textos apoia-se na concepção que Karl Popper tem de funções inferiores e superiores da linguagem humana. Não enfocaremos, pois, a linguagem como tendo sua principal função ligada à comunicação. Iremos observá-la, antes, enquanto instrumento de descrição e argumentação. A presença do texto encontra explicação a partir de uma solução que o fixa como a unidade maior de comunicação e o lugar em que a linguagem que se presta às funções descritiva e argumentativa, se revela quanto às suas características intrínsecas. Postula-se, assim, a necessidade de uma *Linguística Textual*, o que faria com que a frase, a locução e o vocábulo teriam condicionadas as suas descrições à descrição de uma unidade organizada num nível mais amplo: o texto. Haveria que observar, portanto, que: 1. Não há processo de comunicação sem presença do texto. 2. Antes de analisar frase, locução e vocábulo, há que descrever o texto.

Fixar-nos-emos, especialmente, no texto perceptível através da visão. Haveria, assim, dois tipos de textos que interessariam ao presente trabalho: a) o texto escrito, construído com a linguagem articulada, predominantemente lógica. (Não nos interessará, pois, em função do problema que pretendemos formular, o objeto tradicional da Linguística, a língua natural). b) o texto icônico, no qual se verificaria a presença da imagem. Talvez se pudesse falar em textos em que aparecem os dois tipos (ou mais) de signos, como ocorre nas histórias em quadrinhos, fotonovelas, propaganda, etc. Preferimos, porém, pensar tais textos como superposicionamento de linguagem.

Posto isso, e lembrando que, se citamos Popper nesta introdução, é porque pretendemos assumir algumas (não todas) concepções teóricas suas, cremos justificado o nosso interesse pelo problema enfocado, bem como explicada a direção em que pretendemos levar o trabalho.

I — A LINGUAGEM E O HOMEM

Afirmar que a linguagem é a criação mais importante do homem, é repetir, em parte, o que já é conceito geral. Dimensionar, porém, esta importância parece-nos uma tarefa que há muito ocupa o homem, haja vista o grande número de estudos que o objeto merece, especialmente a partir do século XIX. E se, nos últimos decênios, a afirmação de que crescem as deficiências do uso da linguagem lógica se faz ouvir com crescente frequência, talvez seja preciso repensar não apenas a própria natureza da linguagem, mas, e especialmente, as funções que lhe destinou o homem, ou a cujo exercício ela, correta ou incorretamente, foi destinada. Alguns problemas aparentemente insolúveis reclamam um reexame do lugar que ocupa a linguagem, sua relação com o homem, não enquanto um produto histórico, mas como realidade produzida e ao mesmo tempo condicionadora.

Parece um paradoxo a crescente aproximação espacial que a tecnologia possibilitou aos homens estabelecerem entre si e a incapacidade cada vez maior de se encontrarem as bases para um entendimento que conduza a humanidade a condições melhores de convivência. O homem tem à sua disposição não mais apenas um ou dois tipos de linguagem, mas sistemas de codificação cada vez mais sofisticados, o que, porém, não parece dar-lhe as possibilidades de edificação de um mundo mais condizente com seus anseios.

Delineia-se, já, parte do problema que nos ocupa: o homem e o mundo estabelecendo uma relação constante através da linguagem. Mais ainda: o conhecimento do homem acerca do mundo traduz-se no que a linguagem é. O mundo, para o homem, é linguagem.

É preciso, pois, fixar o tipo de relação que se estabelece entre o homem e o mundo. Em outros termos, é preciso determinar as características da situação que se presta a que o homem seja no mundo, compete verificar as condições impostas pelo instrumento que torna a relação possível.

É em Popper (POPPER, 1975) que encontramos alguns conceitos que poderão nos auxiliar na tarefa. Há, para ele, três mundos:

Mundo 1: constituído por todos os objetos físicos ou materiais.

Mundo 2: constituído pela mente do homem, estados de consciência ou estados mentais.

Mundo 3: constituído, a partir das funções superiores da linguagem, por um conjunto de estruturas abstratas, independente e parcialmente autônomo, em que não há sujeito cognoscente.

Queremos fixar nossa atenção, especialmente, sobre o que Popper diz do "Mundo 3", pois é aí que vamos encontrar a dimensão da importância da

linguagem, e, implicitamente, um conceito do homem.

O "mundo 3" encerra o conhecimento objetivo do homem, isto é, o conjunto de idéias traduzidas por linguagem, em forma de teorias, argumentos e problemas. Este conjunto é um produto do homem, mas nem tudo que lhe pertence se constituiu através da interferência voluntária do homem. É, entretanto, esta linguagem do "mundo 3" que caracteriza o homem, como sendo seu produto e também, ao mesmo tempo, seu instrumento. Estabelece-se, segundo Popper, uma constante interação entre o homem e o "mundo 3" na busca da eliminação de erros.

O homem dimensiona-se como produto de uma interação entre o que ele próprio produziu (mas que tem, em parte, existência autônoma) e a sua atitude crítica em relação ao produzido.

"Deve-se admitir que o terceiro mundo, o mundo do conhecimento objetivo (ou, mais geralmente, do espírito objetivo) é de feitura humana. Mas deve-se acentuar que esse mundo existe em ampla extensão autonomamente; que ele gera seus próprios problemas, especialmente aqueles ligados a métodos de crescimento; e que seu impacto sobre qualquer um de nós, mesmo o mais original dos pensadores criativos, excede vastamente o impacto que qualquer de nós possa produzir sobre ele."(POPPER, K., 1975, p. 145).

A teoria, isto é, o "mundo 3" controla o homem, mas este pode não-se sujeitar a essa ação, porque lhe é facultado o exercício da crítica, o que provaria uma certa flexibilidade de adaptação do "mundo 3" à vontade humana.

"Mas seria um erro deixar as coisas nisso. O que encaro como o ponto de mais importância não é a simples autonomia e anonimato do terceiro mundo, ou o ponto admitidamente muito importante de que sempre devemos quase tudo a nossos predecessores e à tradição que eles criaram; que assim devemos ao terceiro mundo, especialmente, a nossa racionalidade, isto é, nossa mente subjetiva, a prática de modos críticos e autocríticos de pensamento e as disposições correspondentes. Mais importantes do que tudo isto, sugiro, é a relação entre nós mesmos e nossa obra, e o que pode ser ganho desta relação para nós."(POPPER, K., 1975, p. 145).

Há, em Popper, então, de fato, o estabelecimento da supremacia da razão, da consciência crítica. Talvez isto se evidencie com maior nitidez quando nos fixarmos em seu conceito de inatismo: o homem traz inata uma expectativa que procura as regularidades em tudo que o cerca, o que se faz presente geneticamente em qualquer órgão de sentido. Aparentemente posiciona o homem, possuidor de razão crítica, em lugar privilegiado, já que lhe seria facultado organizar o mundo para lhe conferir um sentido. O mundo revelar-se-ia nas regularidades expostas pela razão. A ciência prova, porém, que

as tais "regularidades" não são muito freqüentes, que muita coisa não se torna cognoscível dentro dos limites da razão, o que significa dizer que o homem traz, por natureza, uma marca, como que um estigma: a impossibilidade de de conhecer absolutamente. E quem no-lo diz é a razão, através da ação crítica.

A partir destas colocações, é fácil entender por que Popper relativiza a existência do conteúdo-verdade contido nos enunciados, e propõe uma ação constante da razão humana na busca de erro naquilo que ela própria produziu ou no que tenha surgido através do acaso ou da intuição.

O homem, então, vê-se limitado a ser uma constante adaptação a soluções ou a pseudo-soluções ou a novos problemas que a solução de um outro problema trouxe.

Valorizada a atividade racional, é preciso analisar a relação entre a linguagem (enquanto "mundo 3") e a mente ("mundo 2"). Pode-se dizer, de antemão, que o grau de influência da ação da linguagem sobre o pensamento do homem ainda não é de todo conhecido. É preciso, talvez, partir de análise das condições em que se torna possível uma relação entre linguagem e mente humana, isto é, em que circunstâncias se torna concreta esta relação, a linguagem não mais instrumento de comunicação apenas, mas o repositório de toda a cultura humana, presentes teorias, formulações de problemas, críticas, descrições, etc. "Só dentro de uma linguagem assim enriquecida é que a argumentação crítica e o conhecimento no sentido objetivo se tornam possíveis".(POPPER, K., p.122-123).

Em consequência, se toda a produção cultural humana se traduzir em linguagem, só terão valor (porque se tornam passíveis de teste) as elaborações de nossa razão que puderam ser da mesma forma, traduzidas nesta linguagem.

Observa-se, porém, que, na atualidade, exatamente esta linguagem, que traduz o conhecimento objetivo, sofre como que de uma anemia aguda na grande maioria das pessoas. A nossa cultura, em função das transformações cada vez mais rápidas que a atingem, traduz-se numa linguagem ("mundo 3" de Popper), a que não têm acesso os não-iniciados. Só especialistas, uma minoria absoluta, têm condições de opinar, de criticar, de manter este processo de interação constante e crítica entre o que foi produzido e o próprio homem. Evidentemente, poder-se-ia admitir que esta posse privilegiada de uma determinada linguagem sempre houve em função da manutenção do poder por grupos minoritários. A partir, porém, do momento em que tal situação é denunciada, todo o projeto que sustenta a nossa cultura passa a sofrer severas críticas, o que também envolve o problema da produção e do uso de um certo tipo de linguagem.

A que tipo, porém, estamos nos referindo?

"As pessoas falam menos e, sobretudo, pior. Estamos presenciando uma "crise de linguagem": já não serve para traduzir comunicações científicas e fica

para trás de todos os novos artefatos de que o homem moderno se rodeou, e que ele pode frequentemente indicar apenas (de um modo muito literal) por uma abreviatura. Como disse Ortega, os objetos com que o homem moderno constrói sua vida mudam tão rapidamente que a velha associação quase mágica entre palavra e coisa é hoje impensável. Estamos caminhando para o extremo oposto. A realidade tal como o homem moderno a entende, esquivava-se à linguagem em duas direções. A linguagem tornou-se um instrumento excessivamente canhestro para os homens de ciências; entretanto, para o homem da rua é demasiado abstrato, divorciado das aptidões práticas e da manipulação de todos aqueles aparelhos e utensílios em uso cotidiano que tão completamente ocuparam o lugar da natureza como moldura da existência humana" (ARANGUREN, J.L., 1975, p.189).

É, então, a situação toda, o paradoxo do qual falamos no início do capítulo, adquire as dimensões de um problema educacional sério: é preciso reconduzir o homem ao lugar em que podia falar, receber e produzir esta linguagem. Não é que a linguagem verbal tenha fugido do controle do homem, mas o que se observa é a centralização do controle da linguagem adequada à descrição e à crítica nas mãos de um grupo minoritário cada vez mais fechado e distante da grande massa. Para alcançar, porém, a dimensão real de homem, cada indivíduo precisa assumir a função que Popper propõe:

"... tentando achar, construir, inventar situações novas, isto é, situações de teste, situações críticas... Eis como nos erguemos, por nossas próprias forças do lodaçal de nossa ignorância; eis como lançamos uma corda no ar e depois subimos por ela - se houver conseguido prender-se, embora precariamente, em qualquer raminho.

"O que faz nossos esforços diferirem dos de um animal ou de uma aranha é apenas que nossa corda pode pegar onde prender-se num terceiro mundo de discussão crítica: um mundo de linguagem, de conhecimento objetivo". (POPPER, K. 1975, p. 146). Esta linguagem encerra, pois, as únicas possibilidades de atuação do homem.

A própria História não mais terá um sujeito: será consequência de constantes e infinitas tentativas de resolver problemas, alguns dos quais imprevisíveis, pois há, no processo, as presenças da imaginação, da sorte, do acaso, etc. Por isso, é tão impossível prever cientificamente o futuro do homem, como planejar totalmente uma sociedade, no sentido de que possa ser perfeita. Não há certezas para o homem, nem mesmo a certeza de que a crítica constante e rigorosa possibilite teorias melhores. A única alternativa, em termos históricos ou políticos, para o homem, se consubstancia, assim, na organização de uma sociedade em que possa haver livre trânsito a proposições sugestivas, à crítica e ao crivo do sistema de eliminação de erro. E cada homem deveria estar de posse desta lingua-

gem crítica, ou melhor, deveria ter acesso a ela para poder participar na construção interminável desta sociedade.

Talvez se possam determinar aí as abrangências do problema: o homem parece construir um mundo cada vez mais inabitável, ao mesmo tempo em que se observa uma decadência geral da linguagem crítica que poderia, possivelmente, corrigir os desvios intranquilizantes deste processo. Não seria cedo demais aventar a existência de uma relação muito estreita entre os dois fenômenos.

Parece-nos importante, por ora, tentar caracterizar melhor esta linguagem (verbal, já se disse) que abre e fecha as condições de participação na construção interminável da sociedade humana.

II - FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Geralmente, valoriza-se apenas uma das funções da linguagem: a comunicativa. À maioria parece que esta seja, em verdade, a função mais importante, se não a única. Desconhece-se, em geral, qualquer outra função que poderia exercer a linguagem, o que contribui para gerar uma série de problemas, especialmente no que tange à fixação de objetivos específicos de aula de língua materna.

Interessa-nos, neste trabalho, partir da posição de Karl Popper que, mesmo sem ser um lingüista, assume posição esclarecedora sobre o que entende por funções da linguagem. E, como já deixamos dito, em traços amplos, pretendemos assumir algumas concepções suas e adotá-las para este trabalho.

Para Popper (POPPER, K., 1975) as funções podem ser classificadas da seguinte maneira:

1. Funções inferiores: a) de autoexpressão
b) de sinalização
2. Funções superiores: a) de descrição
b) de argumentação

As duas primeiras funções são consideradas por Popper como inferiores porque estariam ao nível das linguagens de todos os animais: informar sobre o estado do organismo e tentativa de estabelecer uma comunicação, a partir da expectativa de uma resposta. Talvez se pudesse denominar as duas funções de FUNÇÃO COMUNICATIVA OU CONTATIVA (ou de contato).

As duas funções superiores, porém, apresentam-se como caracterizando e determinando as qualidades especificamente humanas. Só o homem, enquanto único animal com expectativas inatas, colocar-se-á ao nível destas funções. Para que a linguagem possa ser descritiva, faz-se necessária a participação da mente humana como controladora da verdade contida na descrição. As funções superiores são exercidas, pois, quando se faz presente um instrumento de controle, atra-

vés de critérios constituídos em forma de uma metalinguagem. E o critério que é mais aceito para testar a verdade (ou validade) é o da coerência. O limite entre funções inferiores e superiores ficaria estabelecido pela presença ou não de uma metalinguagem demarcadora de um léxico e de uma sintaxe.

A linguagem com função argumentativa apresentar-se-á como o estágio mais avançado da razão crítica, uma vez que manifestaria um julgamento em termos de valores, o que sempre se produziria num nível totalmente abstrato. Presupondo a descritiva, a linguagem argumentativa representaria a plenitude da capacidade humana, ou o único instrumento verdadeiramente útil ao homem na sua luta pela sobrevivência.

Nas funções superiores, a linguagem será dita lógica, enquanto que nas funções inferiores, a linguagem (língua natural) não terá esta característica, ou talvez se organize a partir de uma lógica diferente da que conhecemos. A linguagem com funções superiores se caracteriza pelo fato de ser controlada por uma metalinguagem, o que lhe daria condições especiais para ser testada e se tornar adequada à busca de soluções de problemas.

"As mais importantes criações humanas, com os mais importantes efeitos de retrocaixa sobre nós mesmos e especialmente sobre nossos cérebros, são as funções mais altas da linguagem humana; mais especialmente, a *função descritiva* e a *função argumentativa*. (POPPER, K., 1975, p. 121)

Se, em vista do exposto, se descortinam diferentes funções da linguagem, não significa isto afirmar que elas ocorrem de forma isolada. Talvez se pudesse dizer que a comunicação pode se processar a partir de qualquer uma das funções que a linguagem esteja exercendo, mas não o inverso: a descrição e a argumentação, para que tenham validade e aceitação no atual processo cultural, necessitam de uma linguagem diferente da que pretende indicar um estado de organismo ou que busca, apenas, estabelecer contato com outro indivíduo. Dir-se-ia, assim, que a função comunicativa, quando enfatizada em demasia e se sobrepondo à descritiva e a argumentativa, pode fazer esquecer as particularidades das últimas. E isto é decisivo: *o que caracteriza a linguagem humana não é a função comunicativa, mas exatamente as que Popper chama de superiores.* A possibilidade de comunicação, em determinados níveis, será sempre *uma consequência das funções descritiva e argumentativa.*

Para consecução de nosso trabalho, fixamos em quatro as funções da linguagem:

1. Função comunicativa (no sentido das funções inferiores de Popper)
2. Função descritiva
3. Função argumentativa
4. Função poética

A função poética se diferencia da descritiva e da argumentativa essencialmente pelo fato de não ser, como aquelas, objetiva. A linguagem poética, embora possa ser dita de nível superior como as outras duas, mostra características próprias de uma função que não pode ser confundida com nenhuma das outras. Sua característica específica seria a de ser uma ruptura, quer em relação à linguagem usada por grupos sociais, quer em relação a uma realidade do homem. A linguagem poética é a língua redistribuída, e enquanto lugar de uma ruptura, está ligada ao desejo, isto é, ao inconsciente. Ela se constrói muito mais a nível da sensibilidade do que da razão.

Talvez se pudesse dizer que na linguagem poética a vida se manifesta na sua constante ânsia de libertação daquilo que a impede de ser plenamente.

A linguagem descritiva e a argumentativa organizam e dispõem, dentro de limites ditados pela razão, o que produz e o que pode produzir o homem. No seu estágio mais avançado (a crítica) têm condições de levar também à ruptura, isto é, a transformações. São extremamente lógicas e impessoais, enquanto que a linguagem poética rompe, até onde for possível, com a lógica, tornando-se pessoal.

Segundo Mascarenhas (1976: 129) "a criatividade artística inspira-se melhor nos estados crepusculares de consciência, a excessiva lucidez constituindo-se, numa restrição à sua influência".

Também Barthes (1974) aborda o texto literário como sendo construído com linguagem que levará o leitor a fruir o novo, a ruptura, o corte. Cada autor tenta desconstruir a linguagem instituída à sua maneira, para poder aproximar-se do novo que pretende revelar.

Embora se possa dizer que o autor de texto literário manifeste uma posição de julgamento, isto é, uma ideologia, não o fará explícita (que seria então, algo como argumentação) mas implicitamente. Por isso, a linguagem com função poética diz-se subjetiva.

Em resumo, a nível de função argumentativa, se descortinaria a possibilidade de o homem crítico ser, de certa forma, criativo com a participação da razão. A nível de função poética, a linguagem revelaria a criatividade de de ordem não racional.

E, se há deficiência de linguagem, ela muito provavelmente não residirá no fato de a linguagem não se prestar mais à função comunicativa, e que, porém, ocupará o espaço dos próximos capítulos.

III - LINGUAGEM E PENSAMENTO

A importância que, à primeira vista, adquire a linguagem verbal para o exercício do pensamento, situa-se em torno da possibilidade de verbalização e conseqüente comunicação do pensamento, embora nem todos os pensamentos necessitem da palavra para sua fixação. "Os rótulos verbais, porém, são especialmente importantes no campo das idéias abstratas. *Justiça, democracia, liberdade, comunismo e educação* são termos familiares e, no entanto, seria bastante difícil fixar seus significados com precisão. *Justiça* não evoca uma imagem concreta como no caso de *mesa*. Podemos, geralmente, concordar sobre se uma coisa é ou não é uma mesa, mas que certeza podemos ter no que toca à justiça?" (LANGACKER, R. W., 1972, p.47). Talvez se pudesse dizer, como o autor acima, que os conceitos abstratos possivelmente não existiriam não houvesse a palavra.

O próprio Einstein, em entrevista dada em 1945 a Jacques Hadamar (LEONTIEV, A., *Linguagem e Razão Humana*, s. d. 42) diz:

"Creio que as palavras, tal como se escrevem ou pronunciam, não desempenham papel algum no seu mecanismo de pensar. Na qualidade de elementos do pensamento aparecem imagens e signos mais ou menos claros das realidades físicas. É como se tais imagens e signos se formassem e se combinassem na consciência arbitrariamente. Existe é claro, certo nexos entre estes elementos do pensar e os correspondentes conceitos lógicos... As palavras e os outros símbolos, procuro-os afanosamente e encontro-os numa segunda fase, quando já se estabeleceu e se pode reproduzir à vontade o jogo de associações referido."

Para Robert Lado (1), a linguagem tem no seu caráter de linearidade a importante função de ordenar o pensamento, conquanto este é predominantemente multidimensional. A linearização do pensamento, como um processo imposto pela linguagem, permitiria, num segundo momento, a simbolização e, posteriormente, a produção do som referente do pensamento.

A presença do símbolo como um elemento necessário na constituição do pensamento objetivo, isto é, comunicável, é uma necessidade vital para o homem poder adaptar-se ao meio em que vive. Segundo Cassirer, tal conduta é uma inversão natural e um fato irreversível.

"Entretanto, não existe remédio contra essa inversão da ordem natural. O homem não pode fugir à própria consecução. Não pode deixar de adotar as

(1) Citado em um artigo de ASTOR, W. G., "Thought and Semantics: an Analysis of the Theories of Lado and Chafe", in *Languages and Linguistics: Working Papers*, nº 6, 1972, Washington, Georgetown Univ. Press.

condições da própria vida. Já não vive num universo puramente físico, mas num universo simbólico." (CASSIRER, E., 1972, p. 50.).

E de tal forma isto se configura que "sem um sistema complexo de símbolos, o pensamento relacional não poderia sequer surgir, quanto mais alcançar seu pleno desenvolvimento". (Op. Cit., p. 69).

A manifestação do pensamento, em certo nível porém, não se faz necessariamente através do código lingüístico. Pode sê-lo igualmente por respostas musicais ou cinestéticas. A importância da palavra se reforça, no entanto, quando na tentativa de solução de problema, o indivíduo com maior número de hipóteses lingüisticamente codificadas tem também maior possibilidade de encontrar respostas adequadas.

"A variação experimental das forças das respostas é precisamente o que tentaram fazer Cofér (1951) e seus associados em outro experimento sobre raciocínio. Treinando certas respostas verbais antes da apresentação da tarefa de resolução de problemas, descobriram que a natureza da solução alcançada pelo indivíduo ficava significativamente influenciada. Em ainda outros experimentos, encontraram evidência considerável de que associações verbais vigorosas já existentes influenciavam o comportamento de resolução de problemas". (CARROL, J. B., 1973, p. 119).

Revela-se, então, a força do código lingüístico enquanto ordenador do pensamento, ou repositório de respostas possíveis, ou ainda direcionador do que se vai pensar.

"As palavras e sobretudo as figuras de palavras e as figuras de pensamento características de uma escola de pensamento modelam o pensamento assim como o expressam. Os esquemas lingüísticos e intelectuais determinam muito mais o que os indivíduos apreendem como digno de ser pensado e o que pensam a respeito, pois atuam fora do alcance das tomadas de consciência crítica". (BORDIEU, P., 1974, p. 213).

Para Boyle, não se deve identificar pensamentos com "problem-solving", mas com atividade simbólica que possibilita "problem-solving". Segundo ele, "The ability to use symbols greatly facilitates learning, and particularly problem-solving". (BOYLE, D. G., 1971, p. 16).

E continua:

"Problem-solving is a form of reasoning, but not all reasoning is problem-solving", (Op. Cit., p. 69).

É uma forma de encarar a relação entre linguagem e pensamento semelhante a de Chomsky, para quem a linguagem é um aspecto da mente composta de regras que manifestam o pensamento. PIAGET (1959) vê o fenômeno de maneira diferente. Para ele, a estrutura lógica da mente se desenvolve com a ação.

A linguagem aparece quando a mente já está estruturada. A linguagem serve apenas para comunicar e, assim, facilitar o desenvolvimento da mente.

Chomsky, quando focaliza a relação entre linguagem e pensamento, diz:

"Procurei sugerir que o estudo da linguagem pode muito bem, conforme tradicionalmente se supôs, oferecer uma perspectiva notavelmente favorável para o estudo dos processos mentais humanos." (CHOMSKY, N., 1971, p.126)

Para Chomsky esta perspectiva se justifica, pois: "Tanto quanto sabemos, a posse de linguagem humana está ligada a um tipo específico de organização mental, não simplesmente a um grau superior de inteligência" (Op. cit., p.92).

Se, no que tange à relação entre linguagem e pensamento, os cientistas ainda mantêm sérias e profundas divergências de pontos de vista, a hipótese de uma estrutura lógica inata é bastante aceita. Para desenvolvimento pleno desta estrutura (no que também concorda a maioria), a linguagem verbal exerce poderosa influência.

Leontiev mostra-se, por exemplo, bastante incisivo na análise deste aspecto:

"Uma segunda particularidade importante do intelecto humano consiste em que, em princípio, é possível exprimir na forma verbal o decurso e os resultados do pensar. Esta possibilidade deve-se ao fato de o pensamento não formulado em palavras provir do pensamento verbal, sendo produto dele em grande medida ou, até, de forma exclusiva." (LEONTIEV, A., *Linguagem e Razão Humana*, s.d., p.56).

Podemos admitir, amparando-nos nas citações acima feitas, que a linguagem verbal é instrumento de planejamento do pensamento, e que ela se mostra imprescindível para tomar objetivas elaborações da mente humana.

A relação entre linguagem verbal e pensamento, conquanto dimensiona a relação entre o indivíduo e o mundo, dentro da perspectiva popperiana, projeta um problema de dimensões psico-sociais:

"Ensinar uma língua a um civilizado que recebeu, quando criança, a educação lingüística suficiente para lhe dar um pensamento evoluído, é possível em qualquer idade. Por outro lado, a criança que não recebeu em tempo útil um equipamento de pensamento suficiente não pode adquiri-lo posteriormente: o cérebro perde suas possibilidades. O pensamento do homem é totalmente tributário da linguagem aprendida por ele quando criança." (CHAUCHARD, P., 1967, p.37).

Assim, qualquer ser humano que tivesse usufruído de um contato com uma linguagem mais enriquecida, formal, até a idade dos 5 anos, também teria facilitado o acesso à nossa cultura (ou ao mundo 3 de Popper). As pesquisas de

Bernstein revelam, além disso, que a classe social baixa (operária) não tem acesso a essa linguagem verbal mais rica na sua forma e léxico e, por isso, tem quase que impedida a participação no processo cultural. (BERNSTEIN, B., 1975).

Afirma ainda o autor acima citado que, na classe operária, a inteligência não-verbal é maior do que a verbal, o que não ocorre nas classes média e alta. E quanto maior o primeiro tipo de inteligência, menor o último. E, quando tiver que verbalizar um contexto, a criança da classe operária leva flagrante desvantagem em relação à das classes médias.

Talvez se pudesse dizer que a situação já não atinge apenas a classe social mais baixa. Há jovens de todas as classes que não tiveram contato com a linguagem que possibilitasse a constituição de um pensamento objetivo. A inteligência não-verbal, e todas as conseqüências que o seu predomínio sobre a verbal traz, se instala, por razões que analisaremos no capítulo seguinte, também em jovens das classes sociais "acima" da operária.

Quando se fala em capacidade intelectual, não podemos deixar de lembrar a posição de Boyle (1971). Segundo ele, a capacidade de abstração é inata em cada indivíduo. O que acontece é que alguns estagnam num certo nível de abstração enquanto outros alcançam níveis muito mais altos. Os primeiros mantêm relação com a realidade concreta, enquanto os segundos, através da simbolização, atingem esferas que lhes abrem perspectivas sempre maiores para o exercício da razão crítica.

Admitidas como válidas as posições acima, o problema que serve de base para este trabalho passa a tomar configuração mais nítida: para pleno funcionamento da razão humana faz-se necessária a linguagem verbal de caráter lógico, à qual, porém, só um número restrito de indivíduos têm acesso. Não possuir a linguagem que refere a cultura atual, significa ausência de condições de exercício da razão crítica. A grande maioria dos homens não tem condições de exercer a crítica, o que equivale a dizer ainda dentro do enfoque popperiano, que a maior parte dos homens não está de posse daquela característica que viria a distingui-los dos demais animais do planeta.

IV - A PALAVRA E A IMAGEM

No capítulo anterior sublinhamos a importância da linguagem verbal de ordem lógica. Ora, se para o exercício do pensamento, especialmente o abstrato, há necessidade da presença da palavra, levantamos a hipótese de que o uso de outro tipo de linguagem, para as funções descritiva e argumentativa, como a icônica (imagens), poderia causar prejuízos sérios à capacidade de pensar. Por isso, experimentaremos opor constantemente palavra e imagem, como elementos pertencentes

contes a linguagens diferentes (na sua natureza e nas suas funções).

O signo lingüístico, a palavra, evidencia, em relação à imagem, uma série de diferenças. Na raiz destas diferenças, isto é, naquilo que caracteriza palavra e imagem, possivelmente, encontraremos elementos que, explicitados, ajudarão a esclarecer o problema de deficiências de linguagem, de que falamos no início deste trabalho.

"Para certos teóricos, a imagem se oporia ao conceito verbal como o imediato ao mediato. A palavra pode ser decomposta em unidades constitutivas mínimas, o que é impossível para a imagem. Mas a imagem só se torna real e concreta no interior de um campo significativo". (KATZ, C. S., 1975, p. 230).

Este campo significativo, então, pré-existe, de certa forma, à imagem. Falar num suposto nivelamento de funcionalidade, ou ainda, numa nova linguagem para uma nova civilização, marcaria a falsidade do pressuposto. Katz fala desta expectativa, mas coloca o verbo no condicional:

"Através da imagem, o homem fugiria ao engodo da palavra, pois sendo a imagem re-presentation do real, poderiam os indivíduos ver a verdade tal como ela é. O homem faria e veria a história se fazendo". (Op. cit., p. 230).

Metz não encontra motivos para manter esta ilusão:

"Deixemos de lado as semióticas transverbais que nos dariam muito facilmente razão para constatar que, nas próprias semióticas "não-verbais", o verbal está, na maioria das vezes, presente". (METZ, C., 1973, p. 33).

A imagem é de natureza polissêmica, o que por si já traz uma série de problemas à comunicação do conhecimento objetivo. Embora o código lingüístico apresente igualmente problemas de referência precisa é ainda a ele que recorremos para significar a imagem. Cagnin (1975) dá-lhe a função de fixação, isto é, de controle da polissémia da imagem. Nos textos mistos, imagem e palavra presentes, é esta que precisa o significado daquela.

Entre o filme e o texto verbal, podemos, segundo Metz, estabelecer as seguintes diferenças:

1. Contrariamente às palavras de uma língua, os planos são em quantidade infinita, assim como os enunciados que podem ser formulados numa língua.
2. Contrariamente às palavras (que preexistem num léxico), os planos são invenções do cineasta, assim como os enunciados (que, em princípio, são invenções de quem fala).
3. Contrariamente à palavra, o plano oferece ao receptor uma quantidade indefinida de informações. Deste ponto de vista, o plano nem mesmo equivale a uma frase, mas sim a um *enunciado de extensão indefinida*.
4. Contrariamente à palavra (que é uma unidade do léxico, puramente virtual), o

plano é uma unidade atualizada, uma unidade do discurso, uma asserção, assim como o enunciado, que se refere ao real (mesmo quando interrogativo ou jussivo).

5. Para a significação de um plano contribui pouco a oposição paradigmática com outros planos que poderiam ter aparecido no mesmo ponto da cadeia (já que estes últimos são em número indefinido), enquanto que uma palavra pertence sempre a uma ou mais áreas semânticas mais ou menos organizadas." (2)

Embora a imagem possa organizar-se em narrativa ou descrição, como no filme, não lhe é dado representar ou revelar conceitos abstratos. A imagem só representa, devido ao seu caráter analógico, objetos e seres concretos (ou concretizados). A linguagem verbal, conquanto vai atualizá-la, sempre vai fazê-lo em forma de um ou mais enunciados. A imagem, então, não corresponde ao enunciado lingüístico, nem se presta tampouco, à função a ele destinada.

"O enunciado lingüístico representa por meio de signos lingüísticos o nosso processo mental, o juízo, que consiste em afirmar uma idéia de outro." (CAGNIN, A.L., 1975, p.76).

Podemos, porém, ainda adotar a posição de Katz, quando diz que a imagem pressupõe, para que possa ser, isto é, ter sentido, um campo significativo, estabelecido pela linguagem simbólica.

Toda imagem só o é porque está implícita a presença de um ou mais enunciados. A figura só se torna significativa com a presença de "Isto é um homem" e "O homem está correndo". Para descrever a imagem, ela perde seu estatuto de objeto e passa a texto verbal. A ação analítica da razão sublinha a eficiência do enunciado lingüístico e estabelece, para si, a importância da palavra. Sobre este texto verbal "se depositam as leituras sucessivas que deslocam seus elementos, modificam suas relações, criam zonas de intensa visibilidade e outras cegas e brancas, provocam o aparecimento ou dissipação de tal elemento em sua relação com os outros, em sua importância quanto a eles, a propósito deles." (MARIN, L., 1973, p.83).

Se impor uma leitura é nomear, é significar, ou organizar as condições significativas para que a imagem possa ser, Marin se pergunta:

"Desde logo, o que sucede com o quadro, objeto-texto em suas leituras? Em sentido, ele aí desaparece porque não há superfície pictórica primitiva, virgem a todo olhar-leitor, quando nada porque toda superfície pictórica é oferecida à vista para ser vista." (Op. cit., p. 83).

(2) METZ, C. — "A Significação no Cinema". São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 137 e 138.

A vista, então, não recorta uma realidade, ou quando o faz, fá-lo a partir da palavra? Metz (1973) argumenta que uma das funções da vista é inspirar as configurações semânticas da língua e nelas também se inspirar, cabendo a esta nomear as unidades recortadas e também ajudar a recortá-las.

A imagem, embora polissêmica e lugar de várias significações possíveis, leva, entretanto, uma grande vantagem em relação à palavra.

“Em comparação com o código lingüístico, porém, é bem menos dispendiosa, porque a aprendizagem dos elementos discretos, não analógicos, é de maior custo; a decodificação da unidade lingüística vai da parte para o todo, enquanto a da unidade icônica vai do todo para as partes... (CAGNIN, A. L., 1975, p. 52).

Ora, se não nos damos conta do alcance dos dois tipos de signos no que tange à sua funcionalidade, a escolha do elemento que nos solicita menor esforço, impõe-se com maior frequência, e com todas as implicações que tal fato há de trazer consigo.

Além de requerer menor esforço na decodificação, a imagem leva o espectador à impressão de estar presente à realidade, especialmente no cinema. Esta sensação de quase participação da realidade, dá à imagem uma espécie de credibilidade. Ela diz “é assim” e o espectador admite a possibilidade de crer, a evidência é inegável.

Seríamos, assim, obrigados a admitir que a imagem é re-presentação do real e permite aos indivíduos fugir do engodo da palavra e ver a realidade tal como é.

Nada mais enganoso, porém. A realidade, “presente” nas imagens, só se torna de conhecimento do indivíduo com a participação do código lingüístico. *Ver não é conhecer.* Ver apenas não permite ir além das aparências. A nossa cultura não se constrói, nem se explica a partir das aparências. Não é a visão, mas a razão crítica, com a participação imprescindível da palavra, que pode alcançar maior adequação da descrição e transformação de nossa cultura.

Outrossim, se admitirmos que na sociedade de consumo existe sempre interesse em veicular, através da propaganda uma realidade distorcida, favorável à posição de minorias, delinea-se o perigo que representa o predomínio da imagem em detrimento da palavra. A informação visual, iludindo o homem moderno, quando lhe dá a falsa sensação de estar participando da cultura, conforma as personalidades, tornando-as receptivas e passivas diante de uma ideologia que sustenta o interesse da classe dominante. A imagem, em si, não é, compreenda-se o problema, mas a generalizada incapacidade de usar a linguagem verbal com a função descritiva e argumentativa. A imagem pode, inclusive, levar à reflexão crítica

(o cartum, por exemplo). Só o fará, porém, se o indivíduo receptor estiver de posse de categorias de análise apropriadas, e que sempre estarão ligadas à palavra. Não é preciso, pois, ter grande alcance de compreensão para perceber, na situação traçada, claras possibilidades de manipulação de opiniões de massa.

Se se configura assim a situação e se aceitarmos o conceito de homem em Popper, estabelece-se a necessidade imperiosa de dar condições de abstração ao indivíduo. É preciso aparelhar o homem em geral com o código de símbolos discursivos para que possa, ao menos, ler criticamente as imagens e as informações com que se defronta diariamente. A aquisição e a produção desta linguagem simbólica, porém, tem, por sua vez, uma série de obstáculos que se lhe antepõem.

V - A PRODUÇÃO DE LINGUAGEM E SEUS LIMITES

Diante do que dissemos nos capítulos anteriores, cresce a convicção de que é preciso que o homem assuma novamente a palavra, que lhe seja possibilitado o acesso à linguagem referente da cultura em que vive.

Se o indivíduo, como postulam os lingüistas da Teoria Transformacionalista, possui uma estrutura inata capaz de gerar sentenças, ela precisa ser alimentada, de certa forma, com uma série de estímulos iniciais para que se torne competente. O desempenho só se realiza quando esta matriz geradora estiver instrumentalizada com elementos operacionalizáveis, isto é, quando estiver constituída a competência. A competência define-se, pois, como um conjunto de regras, acrescido de informações lexicais, o que, parece-nos, muito pouco possibilita em termos de criatividade no campo nocional. O indivíduo possui, por natureza (?), uma como que matriz algébrica e recebe da língua que usa a comunidade em que vive, os elementos com os quais vai operar, isto é, vê-se limitado ao uso de um conjunto de regras e de um léxico. Isto, porém, não dá, ainda, condição de criatividade (embora os transformacionalistas afirmem o contrário). Parece-nos que só se vislumbra a possibilidade de produção de conceitos novos a quem estiver de posse de uma linguagem crítica/argumentativa, isto é, de uma linguagem operacionalizável à nível de teste e análise de outras linguagens, controlada por uma metalinguagem. Esta posse, contudo, não é dada gratuitamente. Há um número razoável de instrumentos de limitação desta linguagem crítica.

“Numa sociedade como a nossa, conhecem-se, seguramente, os procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar, também, é a proibição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que, não importa quem, não pode falar de não importa o quê. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou ex-

clusivo do sujeito que fala: tem-se aí o jogo de três tipos de proibições que se sobrepõem, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.” (FOUCAULT, M., 1973, p.1).

Foucault possibilita, talvez, como nenhum outro, um confronto de idéias com Popper. Não é tanto em torno da idéia de inatismo que vamos encontrar pontos de contato entre os dois pensadores (se bem que Foucault também se ocupe da relação entre o inconsciente e a linguagem), mas na determinação do ato cognoscente, que é sempre um processo em que está presente a linguagem verbal.

O objetivo de toda a obra de Foucault é analisar a maneira como as ciências constituíram seus objetos, como se formaram os seus conceitos, como o homem se situa em relação a esse domínio de objetos, enfim, que tipo de projeto de saber levou o homem à situação atual.

“Daí um certo número de observações e conseqüências:

1. As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que se possa “dizer qualquer coisa” dele e várias pessoas possam dele dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos
2. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, modos de caracterização;
3. Essas relações se distinguem, de início, das relações que se poderiam dizer “primárias”
4. As relações discursivas, vê-se, não são internas ao discurso: não religam entre si os conceitos ou as palavras.”³

Para o que Popper denomina de “mundo 3”, Foucault elabora o conceito de “formações discursivas” e “formações pré-discursivas”. Estas formações têm existência autônoma, controlam a atividade do homem, determinam suas próprias transformações e estabelecem circunstâncias em que pode haver um sujeito cognoscente, vale dizer, utente de linguagem argumentativa. Assim, mesmo que haja homens “geniais”, a aparente criatividade está condicionada às regras do enunciável e do não-enunciável. O progresso, conseqüentemente, na ciência, se dá à medida que o homem, como sujeito, for colocado entre parênteses,

(3) FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Petrópolis, Vozes, 1972, p. 59 e 61.

para, a partir dos possíveis estabelecidos do discurso, fazer surgir outro tipo de homem, o não-sujeito.

“...ninguém entrará na ordem do discurso, se não satisfizer a certas exigências ou se não estiver, desde o início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas fortemente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto que outras aparecem quase abertas a todos os ventos, e postas sem restrição prévia à disposição de qualquer sujeito falante.” (FOUCAULT, M., 1973, p.5)

Popper diz que não é possível começar do nada, é preciso partir do “mundo 3”, já constituído e que oferece a possibilidade de começar. Foucault assume uma posição semelhante: nenhuma tentativa teórica se engendra de um vazio inicial. É sempre num campo cultural já arduamente trabalhado que um pensamento se torna possível. Para Foucault, porém, não há o acaso de que fala Popper: a ordem do discurso conjura-o, isto é, prescreve o que pode ou não pode acontecer, eliminando a possibilidade da desordem, do desatino, que são sempre eliminados como impossíveis.

O discurso traria também, no seu interior, além do permitido, sempre, aquilo que ele não pode dizer. Este fato caracteriza o discurso como uma realidade de que não terá, nunca, a posse da verdade, nem que seja por acaso.

Há, porém, um outro tipo de limitação da linguagem do “mundo 3” de Popper. É, segundo Foucault, o que ocorre no discurso de uma determinada disciplina:

“No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e proposições falsas; mas ela repele, para o outro lado de suas margens, toda uma teratologia do saber. O exterior de uma ciência é mais ou menos povoado do que se acredita: seguramente, há a experiência imediata, os termos imaginários que trazem e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez não haja mais erros no sentido estrito, porque o erro não pode surgir e ser decidido senão no interior de uma prática definida; em compensação, vagam monstros cuja forma muda com a história do saber.” (FOUCAULT, M. op. cit., p.4)

Da mesma forma se posiciona Bordieu, quando diz:

“Os esquemas intelectuais e lingüísticos organizam um espaço balizado, eivado de sentidos obrigatórios e de sentidos proibidos, de avenidas e impasses: no interior deste espaço, o pensamento pode manifestar-se com o sentimento de liberdade e da improvisação porque os itinerários já de antemão esboçados, que deverá seguir, são os mesmos que já foram antes diversas vezes percorridos no curso das aprendizagens escolares. A ordem de exposição imposta pela escola à cultura transmitida e que, quase sempre, prende-se tanto às rotinas escolares como a necessidades pedagógicas, tende a impor-se como necessária à consciência

dos que adquirem a cultura segundo esta ordem.” (BORDIEU, P., 1974, p.214).

Não é, portanto, o limite entre o certo e o errado, é divisão entre o que pode e o que não pode ser avaliado. Dentro do discurso da disciplina, uma vez estabelecido o conjunto de enunciados iniciais considerados válidos, verificam-se tentativas de solução de problemas, eclosão de novos problemas, novas tentativas, o que configura a construção de uma linguagem balizada em torno do conjunto de objetos da disciplina.

Esta constante prática do homem, na infundável tentativa de solucionar problemas, caracteriza a teoria evolucionista de Popper. Não diz, porém, que são só poucos os homens a quem é dado realizar as tentativas, a partir da posse da linguagem que as possibilita.

Se a participação, em termos de compreensão e crítica, no processo cultural oferece tais dificuldades ao indivíduo, é compreensível que se valorize a imagem pela facilidade que oferece no processo de decodificação. A linguagem necessária para referir e analisar o processo cultural é a das abstrações, motivo por que o grande público dela se afasta cada vez mais.

Diz Hayakawa:

“Mas estas abstrações de alto nível adquirem má reputação, devido ao fato de serem não raro empregadas, inconscientemente ou conscientemente, para confundir e aturdir as pessoas.

A consequência desse emprego livre, não raro irresponsável, de abstração de alto nível em controvérsias públicas ou alegações especiosas, é ter uma parte significativa da população se tornado cínica em face de todas as abstrações” (HAYAKAWA, S., I., 1972, p. 142)

Talvez Hayakawa esteja correto ao explicar o crescente desinteresse que se observa em relação à linguagem das abstrações. O que importa, porém, não é almejar uma volta a uma linguagem mais simplificada, menos carregada de abstrações, (que tal projeto nos parece ilusório) mas determinar a realidade com todo o rigor possível e pensar perspectivas educacionais que corrijam a situação denunciada. Ou seria viável propor uma linguagem mais acessível à grande massa, mas que também se prestasse a referir o que vai além das aparências, aquilo que não é imediatamente perceptível? Haverá tal linguagem? Hayakawa esquece-se de dizer que a linguagem simplificada, isto é, a linguagem natural, não tem condições (porque não tem a estrutura lógica necessária, não tem a forma própria) de descrever realidades culturais mais sofisticadas. Afirmer que abstrações servem para “confundir e aturdir as pessoas” é não ir suficientemente a fundo na questão. Qual seria esta linguagem livre de abstrações que, por exemplo, poderia referir os conhecimentos atuais da Física? Ou da Medicina? Ou da Linguística? Mais razoável seria, enfim, supor que haja interesses de ordem ideológica, prome-

tendo facilidades; alimentando disfuncionalidades e empregos inadequados de linguagens; construindo uma falsa realidade; deixando, enfim, ao homem a desconfortável sensação de não saber mais qual é a verdade.

E, assim, talvez, se entenda a grande força dos meios de comunicação social: usam a imagem, predominantemente, a par de um número reduzido de palavras para fixar o significado desejado. Cria-se um ilusório entendimento do processo cultural, levando o indivíduo a crer que os mm tornam mais fácil a tarefa. O acesso à cultura, ou melhor, à produção de cultura é aparente. Estamos, segundo constatam nossas palavras, vivendo só aparências, uma falsa cultura. Haveria, então, dois mundos: num, uma minoria; noutra, a grande massa?

“Os valores e ideais da sociedade serão co-construídos pelos diversos meios de comunicação da massa. Eles se imporão através de sua participação na vida cotidiana, ao mesmo tempo que ditarão suas normas a este mesmo cotidiano. Enquanto se pode imaginar uma burguesia agrária ou comercial vivendo de modo mais isolado e aristocrático sua própria cultura, na sociedade industrial o consumo generalizado é condição *sine qua non* da existência desta sociedade como tal.” (KATZ, C.S., 1975, p. 106).

E continua:

“Este processo se dá especialmente pela secundarização do plano verbal em relação ao visual: o plano visual ou imagético não permite o estabelecimento adequado da relação entre os dois códigos, sensível e inteligível, já que privilegia o sensível.” (Op. cit., p.107)

Ora, ver não é ainda entender (conhecer). E como a oferta do mais fácil atrai a maioria, numa época em que se valoriza o comodismo em todos os produtos oferecidos pela sociedade de consumo, o indivíduo, em geral, não se propõe a uma análise mais profunda, como a que sugere Katz:

“Uma crítica adequada deveria começar perguntando-se pelos que têm a prioridade e a que interesses eles servem. A posse dos meios de informação está estreitamente ligada à posse dos meios de produção.” (Op.cit., p.108)

E quando se fala de “meios de produção”, isto também se refere à produção de linguagem que Popper considera adequada ao exercício das funções superiores. Popper, entretanto, não sugere em nenhum momento de sua obra que seja fácil adquirir esta linguagem, nem tampouco que o próprio exercício da razão crítica seja tarefa que não requeira muito esforço.

Horkheimer e Adorno vão, contudo, além, quando constataam:

“Que o meio de comunicação isola, não vale apenas no âmbito espiritual. Não só a mentirosa linguagem do locutor de rádio se fixa, como imagem, no cérebro, impedindo aos homens falar entre si; não só o louvor da Pepsi-Cola abafa a notícia de destruição de continentes inteiros; não só o modelo fantasma-

górico dos heróis do cinema se impõe diante do abraço dos adolescentes e mesmo do adultério. O progresso separa literalmente os homens." (4)

A comunicação é ela própria um mito, pois massifica os homens, torna-os iguais na sua solidão. O meio de comunicação social traz, pois, o contrário do que se suporia: não leva à relação social, mas ao isolamento do indivíduo.

Ainda segundo Horkheimer e Adorno, os meios de comunicação social não "comunicam" e sim, produzem cultura. São uma verdadeira indústria cultural, que tem o objetivo de enganar o indivíduo, criando nele a ilusão de participação.

O nefasto reside, então, no engodo que representa a pseudo-facilitação: os interesses econômico-políticos se sobrepõem, a mentira é presença obrigatória, o mito torna-se um produto necessário, o indivíduo apresenta-se como presa fácil, pois não possui as categorias do pensamento crítico, que só determinada linguagem lhe poderia fornecer.

Assim, a aquisição de uma linguagem que caracterize o homem como ser crítico, não apresenta facilidades. Pelo contrário, há, na sociedade atual, todo um processo seletivo que leva à constituição de um grupo reduzido de pessoas que têm acesso a essa linguagem, embora tenham que também se submeter aos limites que toda linguagem racional há de trazer consigo. E, se a aquisição do instrumento de crítica se coloca no centro de um projeto educacional, (o que significa, como Popper o faz, abrir como que um crédito de confiança à ação da razão), isto quer dizer também envolvimento na tarefa de desmistificação das facilidades, em geral prometidas.

(4) HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. — "Excertos", in "Revista T8", col. Comun. 2. R. de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, 53-63.